

MORTE DE MULHERES NO CEARÁ SOB A PERSPECTIVA DE MILITANTES FEMINISTAS

Ingrid Sampaio de Souza¹
João Paulo Pereira Gomes²
Larissa Ferreira Nunes³
Jamyle Maria de Souza Gonzaga⁴
Carla Jéssica de Araújo Gomes⁵
Laisa Forte Cavalcante⁶

Resumo:

Este artigo visa realizar uma discussão psicossocial sobre o aumento da morte de mulheres nas dinâmicas de conflitualidades urbanas no Ceará, tomando como base o ponto de vista de ativistas feministas de diferentes movimentos sociais que pautam esta problemática. Teoricamente, alia-se a autoras feministas e interseccionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa-inter(in)venção que se operacionalizou por entrevistas semiestruturadas com seis mulheres militantes de movimentos sociais do Ceará. Dentre os resultados, destaca-se que o aumento da morte de mulheres sofre influência não só da reformulação das dinâmicas criminais, mas também do recrudescimento de discursos neoconservadores, que, junto a aspectos históricos e estruturais coloniais, autorizam a atuação de tecnologias mortíferas genderizadas. Conclui-se que é crucial considerar as intersecções de gênero com outras estruturas de poder ao formular políticas públicas e denunciar a negligência estatal.

palavras-chave: feministas; movimentos sociais; morte de mulheres; violência; feminicídio.

Abstract:

This article aims to carry out a psychosocial discussion on the increase in the death of women in the dynamics of urban conflicts in Ceará, based on the point of view of feminist activists from different social movements who address this issue. Theoretically, it draws on feminist and intersectional authors. Methodologically, this is an inter(in)vention study that used semi-structured interviews with six women activists from social movements in Ceará. Among the results, it stands out that the increase in the death of women is influenced not only by the reformulation of criminal dynamics, but also by the resurgence of neoconservative discourses, which, together with historical and structural colonial aspects, authorize the use of gendered killing technologies. The conclusion is that it is crucial to consider the intersections of gender with other power structures when formulating public policies and denouncing state negligence.

keywords: feminists; social movements; death of women; violence; femicide.

¹ Psicóloga Clínica, graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Especialista em Terapias Comportamentais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Doutor em Educação pela UFC. Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Coordenador do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC). E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com.

³ Psicóloga. Mestre e doutoranda em Psicologia na UFC. Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do VIESES/UFC. E-mail: larissafnpsico@gmail.com.

⁴ Psicóloga, graduada em psicologia pela UECE. Mestranda em Psicologia pela UFC. Membro do VIESES/UFC. E-mail: jamylemsousag22@gmail.com.

⁵ Mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Integrante do Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC).

⁶ Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia pela UFC. Membro do VIESES/UFC. E-mail: laisacavalcante9393@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Diante da problemática do aumento do número de morte de mulheres nas dinâmicas das conflitualidades urbanas no Ceará, em um contexto de acirramento e transformação das dinâmicas criminais do estado, este artigo objetiva realizar uma discussão psicossocial sobre o aumento da morte de mulheres nas dinâmicas de conflitualidades urbanas no Ceará, tomando como base o ponto de vista de ativistas feministas de diferentes movimentos sociais que pautam esta problemática no estado. Trata-se do desdobramento de uma pesquisa de mestrado ligada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação ligado a mesma universidade (VIESES-UFC). A pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 e 2020 com mulheres integrantes de coletivos e movimentos feministas da cidade de Fortaleza.

Acerca do contexto da pesquisa, pesquisas apontam um aumento significativo no número de mortes de adolescentes e jovens mulheres no Ceará. No ano de 2018, 114 mulheres jovens (10 a 19 anos) foram vítimas da violência letal no Ceará (CCPHA, 2019). Em Fortaleza, entre 2016 e 2017, houve um aumento de 417% no número de meninas jovens vítimas da violência letal (CCPHA, 2018) e, entre 2017 e 2018, um aumento de 90,32% (CCPHA, 2019). Em janeiro de 2018, ocorreu a chacina de Cajazeiras, na qual 8 das 14 vítimas fatais eram mulheres (RIBEIRO, 2018).

O agravamento da problemática da morte de adolescentes e jovens mulheres em meio às conflitualidades urbanas no Ceará, segundo Negreiros, Quixadá e Barros (2018), Barros (2019) e Sousa, Nunes e Barros (2020), dá-se em um contexto de redimensionamento das dinâmicas criminais no estado. Isso advém, sobretudo, da migração, criação e fortalecimento de grupos criminosos que disputam o mercado ilegal de armas e drogas (popularmente conhecidas por facções) e, conseqüentemente, ao acirramento, tanto nos presídios quanto nas periferias cearenses, de disputas por território. Nessas transformações sociais do crime, as mulheres estão sendo cada vez mais vitimadas diante das disputas territoriais entre facções criminosas (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020; NUNES *et al.*, 2022)

É preciso salientar a forma como os assassinatos dessas mulheres têm ocorrido, visto que apresentam traços de crueldade e demarcações sexistas, nos quais partes do

corpo que representam signos de feminilidade são alvos, como raspagem de cabelo e sobrancelhas, cortes nos seios e etc. Além dessas práticas de tortura, há ainda a filmagem de tais atos antes da morte propriamente dita, para posterior divulgação entre pares (BARROS *et al.*, 2019). Destacam-se também os recortes raciais, de classe e territoriais de tais crimes, visto que, em sua maioria, as vítimas são negras e residem nas periferias da capital e regiões metropolitanas marginalizadas.

Ademais, ressalta-se que existe uma narrativa disseminada no campo da segurança pública e nas grandes mídias jornalísticas, marcadas pela misoginia, machismo e patriarcado, que visa explicar o aumento da morte de mulheres pela via da criminalização de suas vidas, sob seu enquadramento como “envolvida”, reduzindo a questão ao seu envolvimento nas facções (NUNES, *et al.*, 2022). As autoras apontam ainda que essa criminalização toma essas mulheres como vidas não passíveis de luto (BUTLER, 2019).

Com o incremento de políticas públicas e legislações, como a Lei Federal nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha - e a Lei Federal nº 13.104/2015 - Lei Feminicídio -, as quais, dentre outras funções, tiveram o intuito de diminuir a violência contra mulheres, foi observado a nível nacional uma redução dessa violência a partir do estabelecimento dessas leis. Como aponta Ribeiro (2016), essa diminuição não foi efetiva no que se refere a todas as mulheres, pois, enquanto o número de casos contra mulheres brancas diminuiu, os casos contra mulheres negras aumentaram. Ou seja, os avanços legislativos, a judicialização e a criminalização da violência contra as mulheres ainda são ineficientes para dar conta da complexidade histórica desse fenômeno e para a proteção da vida desse segmento social. Ademais, os machismos regionalizados reforçam práticas de violência contra mulheres, a partir da naturalização de processos de objetificação e subalternização desse segmento.

Como emblema, apontamos as seguintes reportagens do Jornal Folha de São Paulo intituladas: “Com decretação via rede social, assassinato de meninas dispara no CE” (PAULUZE, 2020) e “Todas as formas de violência contra mulheres aumentam em 2022, diz pesquisa”, fazendo referência à mais nova publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e ao crescimento da violência de gênero desde a pandemia de Covid-19 (MENON, 2022). Segundo essas e outras publicações, as vítimas têm entre 10 e 29 anos e, além do já apresentado anteriormente, também são comuns práticas de estupro e escarpelamento seguida da morte das mulheres (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

A discussão acerca das violências contra as mulheres, sobretudo, o assassinato de mulheres, foi construído em interface com os feminismos. O debate acadêmico Latino Americano acerca da temática ganhou força na década de 1990, devido a denúncias de morte e desaparecimento de mulheres em *Ciudad Juarez*, no México, onde a tortura, a violência sexual e o assassinato de mulheres seguiam um contexto de desresponsabilização estatal (PASINATO, 2011).

A maioria dos trabalhos e pesquisas latino americanos sobre o tema da morte de mulheres utilizam o termo femicídio, sendo sua característica a ocorrência a partir da desigualdade de gênero e de não ser um evento isolado. No entanto, com as novas dinâmicas belicistas e atualizações da forma como subalterniza e violenta os corpos feminizados, observa-se que essa violência transpõe a dimensão doméstica para o espaço público; ou mesmo aponta uma crítica a essa dicotomia, já que os âmbitos público e doméstico podem não estar tão fixamente separados como se vem sendo trabalhados.

Segundo Pasinato (2011), o femicídio (posteriormente tipificado por feminicídio) é a categoria criada para se referir ao assassinato de uma mulher por sua condição de ser mulher ou identificação com o feminino. Nesse artigo, as categorias femicídio e feminicídio são reconhecidas em sua potência histórica como categorias que atravessam o debate das mortes de mulheres na América Latina, sobretudo a partir das lutas de movimentos de mulheres. A autora destaca ainda que a problemática da violência contra as mulheres está historicamente ligada ao campo doméstico (PASINATO, 2018).

Portanto, tais categorias são baseadas no gênero e por isso não levam em consideração as conexões com outros marcadores sociais da diferença, de opressão e identitários. A literatura acerca dessa violência letal genderizada e feminizada em contextos urbanos mostra que as críticas de Pasinato (2011) são atuais e necessárias, uma vez que, além da invisibilidade conferida a violência contra mulheres no contexto dos conflitos urbanos, os estudos majoritariamente enfocam a vitimização de adolescentes e jovens homens diante da alta taxa de homicídios destes (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

Ao discutir sobre as diferentes formas de violência, Rita Segato (2005) tipifica dois modos de feminicídio: 1. refere-se a mortes que estão conectadas a motivações de ordem pessoal, ou seja, as quais vislumbram uma relação prévia entre o agressor e a vítima; 2. levando em consideração que os assassinatos de mulheres não ocorrem somente no âmbito do íntimo, refere-se a uma ordem impessoal, tendo como uma característica marcante não somente a morte, mas a destruição do corpo da mulher e tudo que

supostamente representa o feminino. Esse último, a autora classifica por femigenocídio, conceito que nos ajuda a refletir acerca da nova dinamização que tem colocado o corpo da mulher como palco de disputa do belicismo machista no contexto urbano (SEGATO, 2005, 2013, 2014, 2016).

Diante disso, tomando a regionalização em torno da problemática da morte de mulheres, os movimentos de mulheres no Ceará, como por exemplo o Fórum Cearense de Mulheres, produzem articulações com outros coletivos, grupos e movimentos sociais do estado, como o Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará e o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, para pautar as diferentes formas em que adolescentes e jovens mulheres estão sendo mortas no estado.

Tais articulações ocorrem a partir da criação de pontes de diálogo e a construção de ações conjuntas, de modo a fortalecer a luta pela vida das mulheres no Ceará. Isto não quer dizer que tais movimentações conjuntas não ocorram sem tensões, já que as perspectivas e pautas desses grupos são diversas e plurais, mas que há regionalmente uma aposta na criação de alianças e na luta coletiva.

É necessário frisar que entendemos que o campo dos feminismos é heterogêneo (MIGUEL; BIROLE, 2014; MAYORGA; BARROS, 2019), atravessado por diferentes referenciais epistemológicos e ontológicos, com especificidades e reivindicações distintas ao longo de sua história (NOGUEIRA, 2017). Não faz parte do escopo deste artigo a análise histórica desses feminismos, mas qual a leitura de ativistas feministas, de diferentes correntes, sobre a problemática do aumento da morte de mulheres nas dinâmicas dos conflitos urbanos em periferias de Fortaleza.

Desse modo, é essencial considerar a leitura de ativistas feministas de diferentes movimentos sociais que pautam esta problemática no estado, que podem trazer novos elementos para complexificar a análise do fenômeno do e agravamento da morte de adolescentes e jovens mulheres no Ceará, uma vez que a narrativa da segurança pública e do campo midiático tende a simplificar o fenômeno e culpabilizar e criminalizar as mulheres pela sua própria morte, transformando a sua vida em não passíveis de luto. Essa análise poderá contribuir com outros estudos feministas, da psicologia social e com políticas públicas voltadas para o cessamento dessas violências.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa teve um enfoque qualitativo e se deu a partir da perspectiva da pesquisa-inter(in)venção (MENEZES, COLAÇO, ADRIÃO, 2018, COSTA, MOURA JÚNIOR, BARROS, 2020) em diálogo com autoras feministas (HARAWAY, 1995; AKOTIRENE, 2018). Tal delineamento foi motivado pela natureza e objetivos da pesquisa e seus objetivos, que envolvem a discussão, por meio da leitura psicossocial realizada por ativistas feministas de diferentes movimentos sociais do Ceará, sobre o aumento da morte de mulheres no estado.

A pesquisa-inter(in)venção é uma perspectiva de pesquisa ligada ao campo das pesquisas participativas em ciências humanas, sociais e da saúde. Tal perspectiva se volta a investigar sobre a multiplicidade dos processos de subjetivação e a pluralidade qualitativa da vida de grupos sociais (COSTA; MOURA JÚNIOR; BARROS, 2020). Além disso, essa metodologia reconhece a pesquisa como "uma prática social que exige o envolvimento da equipe, a disposição para se posicionar e estar aberta a seguir trajetórias imprevisíveis e se deixar levar 'à deriva' ou em 'desvios'" (MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018, p. 10), rompendo com os paradigmas científicos da neutralidade, objetividade e replicabilidade.

Dialogando com as noções de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018) e saberes situados (HARAWAY, 1995), nossa aposta residiu em produzir uma investigação que não apenas buscasse pesquisar sobre as mulheres, mas também ensejar, junto com elas, leituras críticas sobre a realidade social em que estão inseridas.

O local de realização desta pesquisa foi a cidade de Fortaleza-CE. Esta escolha foi motivada pela intensa atividade de movimentos sociais na capital cearense, em resposta ao alarmante aumento no número de homicídios na cidade, em específico de mulheres. Para a construção dos dados, utilizamos como ferramenta metodológica a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes de movimentos feministas ou organizações da sociedade civil que pautam a problemática da morte de mulheres.

Foram entrevistadas, ao longo da pesquisa, um total de seis mulheres membros de coletivos feministas e/ou organizações da sociedade civil que têm se dedicado ao tema dos homicídios de mulheres em Fortaleza. Dessa forma, nem todos os movimentos e coletivos que as entrevistadas fazem parte são necessariamente feministas, contudo, todas se autodenominam ativistas feministas, bem como mantêm um diálogo com as discussões sobre violência e morte de mulheres. As entrevistadas serão nomeadas de Azul, Violeta,

Rosa, Verde, Vermelho e Amarelo. Todas compõem instituições ou coletivos de luta pela garantia dos direitos humanos.

Os achados da pesquisa foram analisados neste artigo por meio também da perspectiva do método da cartografia. Conforme Barros e Barros (2014), este manejo de análise procura evidenciar, por meio da elaboração de analisadores, o processo histórico de formação das instituições, desnaturalizando-o. Os elementos de análise podem ser eventos, situações, indivíduos, falas, práticas ou dispositivos, contanto que coloquem em relevo as contradições de um contexto, desconstruindo o que anteriormente era considerado uma totalidade uniforme e universalizante (BARROS; BARROS, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação do termo femicídio permitiu que o crime de violência contra mulheres fosse classificado como violação máxima de direitos humanos, possibilitando o caráter público e político dessa violência e, por sua vez, intensificando a possibilidade de cobrar dos estados o combate de todas as formas de violência contra mulheres (PASINATO, 2011). Contudo, o uso feito das categorias de femicídio e feminicídio, ao isolar a análise de gênero, acaba por possibilitar um entendimento simplório de que todas as mulheres experienciam a violência em seus cotidianos da mesma maneira, sustentando uma visão que entende tal problemática de forma universal, estrutural e derivada, apenas, do sistema de dominação patriarcal (PASINATO, 2011; 2018).

Podemos apontar que, embora inicialmente essas categorias tenham sido empregadas para destacar um processo antes negligenciado, esse uso pode, em certos casos, resultar na invisibilidade de grupos específicos de mulheres. Essa invisibilidade, por sua vez, impacta a formulação de projetos e políticas de proteção que deixam de contemplar todas as mulheres. Faz-se necessário, assim, desnaturalizar a universalidade a ideia da opressão de gênero e do “ser mulher” em torno disso, sendo preciso a aproximação teórica com os feminismos interseccionais para que mulheridades e feminilidades distintas também estejam asseguradas.

A partir da cartografia das movimentações feita com as interlocutoras desta pesquisa, em suas narrativas percebemos a necessidade da superação de tais essencializações, buscando compreender que há outras dimensões que perpassam essa

problemática, ainda mais em um território que tem passado por um reordenamento da violência urbana, como apontado na fala da interlocutora a seguir:

Porque se o pessoal é político, né, e as relações interpessoais são reflexo, ou refletem dentro da esfera pública, ou nos espaços de poder e daquilo que se decide em relação ao próprio Estado... tudo que acontece tem uma influência no outro. Então, desde 2015, o Brasil começou um novo momento da etapa histórica e aí eu não tô fazendo nenhum juízo de valor, de mudança de governo, não tem exatamente a ver com isso, mas pra nós, mulheres feministas, dá pra ver, dá pra sentir a mudança nas pessoas, na receptividade ao feminismo, ao mesmo tempo, eu percebo um campo fértil de muitas contradições, porque ao mesmo tempo que teve um “boom” enorme de meninas, sobretudo jovens, aderindo, digamos assim, ao feminismo nas redes sociais, teve também um crescimento, um fortalecimento de estruturas conservadoras anti-feministas. Aí tá no Congresso, tá nas políticas públicas, tá cada vez mais uma negação, né? Sempre deixando essa categoria, assim, um pouco afastada, né, no próprio espaço da universidade mesmo, essa história de Direita Fortaleza, o próprio MBL, há uma insurgência aí de um... Sei nem se é insurgência mesmo, mas uma efervescência de pessoas com pensamento conservador se juntando e construindo uma pauta política, que isso influencia diretamente no feminismo... e usando, por muitas vezes, estratégias políticas que nós usamos a pelo menos dois séculos. E aí esse processo impacta no micro, ele impacta no trabalho (ROSA, transcrição de entrevista).

A fala de Rosa retoma uma problemática que atravessa o campo das lutas feministas, sobretudo o enfrentamento do discurso de ódio a esse movimento e todas as conquistas que buscaram frear a desigualdade de gênero e a objetificação do corpo da mulher. Desse modo, atualmente temos observado um discurso anti-feminista que tem refletido diretamente no extermínio à tudo que engloba o campo do feminino. O anti-feminismo é uma forma de aniquilação política que reflete atualmente na forma como mulheres são mortas e que está relacionado a um contexto político brasileiro, como apontam autoras como Carneiro (2011), González (1984) e Saffioti (2001). Portanto, o contexto em que a morte contra mulheres ocorre no Ceará é histórico e tem se atualizado formas de subalternizar as mulheres. Inclusive, como aponta Rosa na fala a seguir, esse cenário estrutural genderizado, também influencia o campo político e as formas de enfrentamento desse problema:

Esse novo contexto da violência urbana mesmo é reflexo direto da política de segurança adotada há algum tempo já pelo Governo do Estado e que vem se alinhando a um passo muito rápido com a própria perspectiva de segurança do novo governo. E aí esse alinhamento dessa política de segurança, coloca pra sociedade que quanto mais há a questão do armamento, a questão da política criminal enquanto política de vingança, a guerra às drogas, e claro, a criminalização da juventude pobre e negra, eu colocaria essas quatro questões como base dessa política. Mas, ao mesmo tempo, tem uma adesão da sociedade, não é só o Governo que tá pensando assim. Talvez o Governo esteja dizendo, é o que as pessoas querem. Então, a gente tem que fazer esse debate,

essa escuta. [...] apesar de a gente ter vivido vários ciclos históricos, de mais repressão e tudo, é algo muito novo, ninguém tem receita, mas a gente vem tentando construir resistências dentro do espaço que a gente pode influenciar, né? E aí assim, o Fórum por exemplo, tá com dificuldade esse ano de realizar o trabalho que sempre realizou aqui com mulheres na comunidade, aquele trabalho anônimo, né? porque os territórios se transformaram também, bastante. Então a sensação maior talvez se eu puder definir, é um estranhamento sobre essa nova realidade, identifico vários novos atores no espaço do público, e a questão das facções faz parte disso, mas eu acho que não é só isso (ROSA, transcrição de entrevista).

Há, diante do apontado, um cenário macropolítico que autoriza violências contra mulheres, e, em última instância, a morte destas. O neoconservadorismo presente sobretudo no discurso anti-feminista colabora para que as mulheres continuem a ser objetificadas, para além da anterior disputa entre espaço público ou doméstico, essas contradições denunciam que não há um espaço seguro e garantido para as mulheres e, logo, elas são alvos de tecnologias mortíferas genderizadas, produzidas e sustentadas pela colonialidade de gênero (LUGONES, 2014; NUNES *et al.*, 2021). Segundo Lugones (2014), a colonialidade de gênero nos permite compreender a complexa interação dos sistemas de opressão genderificados, racializados, binaristas e econômicos que buscam enquadrar tudo o que não se ajusta ao padrão cisgênero-hétero-patriarcal-eurocêntrico como anormal e desumano.

Um ponto seguinte, que outras interlocutoras também trouxeram em suas falas, é que a guerra às drogas, a criminalização das juventudes pobres e negras, junto à nova conjuntura de segurança pública do estado diante das respostas as facções, corrobora para uma política de segurança pública que encara a política de guerra como estratégia de enfrentamento à todos os conflitos da violência urbana, sobretudo à criminal. Tal política tem produzido um cenário de banalização das mortes de determinados segmentos populacionais, sobretudo por meio da aceitabilidade da violência sexista que interrompe a vida de mulheres em nível nacional.

Desse modo, pode-se relacionar o fenômeno da morte contra as mulheres ao recrudescimento e intensificação de práticas racistas e misóginas que reiteram uma perspectiva de segurança pública que ganha novos contornos no governo bolsonarista, que legitimam quais vidas de mulheres devem ser resguardadas e protegidas e quais não, no entanto, sempre em segundo plano diante das vidas de homens. O efeito disso é o que Sagot (2013) sinaliza ao dizer que o corpo das mulheres se tornou palco de disputas em guerras em primeira instância masculinistas.

Considerando isto, é necessário entender que para além das conflitualidades urbanas que tem se apresentado nos territórios e atingido mulheres, a violência contra mulheres deve ser historicamente e regionalmente situada. Referente ao contexto sócio-cultural e político nordestino, observa-se que o homem é ficcionado a partir de uma ideia de masculinidade hegemônica (o cabra macho), que, dentre suas dimensões subjetivas, possui a objetificação da mulher e sua subalternização ao poder masculino como suas bases, (re)produzindo papéis sociais que corroboram para a vulnerabilização das condições de vida de meninas e mulheres (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999; GOMES *et al.*, 2021; NUNES *et al.*, 2021).

Essa perspectiva cultural do Nordeste, comum sobretudo nos municípios e distritos interioranos do Ceará, “torna” cultural e natural, a partir da essencialização do “ser mulher” e do “ser homem”, a subalternização da mulher ao poder masculino desde o nascimento. Tal subalternização se baseia em uma ideia de serventia feminina, reprodução contínua de violências e rechaço aos signos que remetem à feminilidade, já que os “homens” cearenses devem ser “brutos”, viris e sempre resguardem suas honras acima de tudo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999; GOMES *et al.*, 2021).

Outra interlocutora, Violeta, apresenta uma problematização entre a fronteira da legalidade e ilegalidade, em que a violência se expande. Em sua fala:

[...] essa questão da menina morrendo mais, e tendo uma violência muito mais escrachada contra ela, denuncia também pra gente um processo histórico de condição da mulher, e aí obviamente ela, mulher, dentro desses contextos que a gente tem falado e dentro desses marcadores certamente vai ser a ponta mais vulnerável nesse esquema, tal como os meninos adolescentes pretos, mais jovens, foram durante muito tempo. A coisa se reconfigura e a violência se expande, e eu não sei de que forma as meninas também estão nesse cenário aí construindo esse cotidiano nessa dinâmica também entre legalidade e ilegalidade de uma forma muito tênue, e... vão ser a parte mais fraca porque, enfim, existe o machismo que opera, existe uma violência de gênero que opera, porque existe violências domésticas históricas que operam (VIOLETA, transcrição de entrevista).

Violeta aponta que a relação entre a morte de mulheres e os grupos organizados que disputam o mercado ilegal de drogas e armas, bem como aspectos importantes acerca da morte de mulheres a partir do “espaço histórico ocupado pela mulher” ou “condição da mulher”. Para ela, a desigualdade de gênero coloca a mulher em uma condição de subalternidade em relação aos homens, inclusive nesses contexto criminosos. Desse modo, as mulheres não possuem sua proteção garantida mesmo quando são lideranças de grupos criminosos, uma vez que ao ocupar novas posições experienciam outras formas de violência. Como podemos observar:

[...] eu acho que dentro do processo de expansão da violência, os públicos mais vulneráveis vão ser os mais atingidos, tanto os mais novos como as meninas adolescentes e mulheres, né. É a mulher, e aí a gente nessa dinâmica entende que é uma relação muito tênue entre legalidade e ilegalidade, então, só que esse espaço histórico ocupado pela mulher, é um espaço de maior vulnerabilidade, um espaço de maior opressão, a violência de gênero tá muito impregnada em todas as relações. E aí, isso no cenário da violência letal, que é a violência extrema, me parece que aparece de uma forma mais escrachada, e as meninas passam, assim, passam entre aspas, acabam aí nesse cenário de morrer mais... a gente não pode desconsiderar esse machismo que estrutura a sociedade, né. E aí, essa condição da mulher historicamente uma situação desigual com relação aos homens. E aí eu acho que esses fatores vão aparecer no cenário da violência como... meio como determinantes pra que as meninas, mesmo ocupando o local, mesmo ocupando espaços e... inclusive posições mais... de mais poder, liderança, no... enfim, em grupos organizados e tal, isso não garante que elas estejam mais protegidas, ao contrário, né? (VIOLETA, transcrição de entrevista).

Ou seja, antes mesmo de nós discutirmos essa narrativa que criminaliza as mulheres, tornando-as envolvidas, como é comumente “normalizado” por narrativas jornalísticas no Ceará, é preciso entender que se um menino ou uma menina estão envolvidos, não se deve resumir sua vida a isso e é necessário levar em questão a desigualdade social, pobreza e os impactos desse contexto para a trajetória de jovens cearenses. Ou seja, nas periferias onde existe domínio faccional, há regras específicas em que os jovens integrantes das facções as criam e estes são subjetivados em uma sociedade machista que retroalimenta o machismo e sexismo nas facções (NUNES *et al.*, 2022). No entanto, nesses espaços, tal fronteira, a da legalidade e ilegalidade, é borrada pelo fato de o próprio território já carregar o estigma de “um território perigoso” e “sem lei”. Territórios esses, indicados por Violeta, como “contexto político de completo abandono e de precarização de todas as políticas e projetos” (VIOLETA, transcrição de entrevista).

Já Azul trouxe a vulnerabilidade em que certas mulheres estão submetidas nesses contextos periféricos para problematizar os aspectos psicossociais da violência de forma interseccional e histórica.

[...] nós que somos mulheres a gente tem a noção de que pelos menos no decorrer da sua vida você vai sofrer um abuso, seja uma fala, seja um olhar, seja um assédio, seja uma coisa mais grave que é um estupro, que infelizmente a gente corre esse risco, entendeu? Então, assim, eu já passei por muita coisa, entendeu? Eu já passei por muita coisa que alimenta cada vez mais a força que eu tenho pra conseguir continuar na luta, porque a gente pensa que não é tão fácil, na verdade, a gente olha e diz “Ah, não, isso é fácil, né, ela pega o microfone, escreve as coisas dela e canta”. Só que na verdade não é assim que funciona, entendeu? Infelizmente todo esse abuso, todas essas tachas de crime que acontecem, não é só com a mulher periférica, isso são todas as mulheres,

de todas as classes. É mulher? Acontece, entendeu? (AZUL, transcrição de entrevista).

Sendo assim, a sexualização do corpo da mulher deve ser levada em consideração ao analisar a morte de mulheres nas dinâmicas da criminalidade no Ceará. Logo, nas entrevistas com essas interlocutoras é perceptível que o debate sobre a morte das mulheres na violência urbana está relacionado a outras violências que marcam a vida desse segmento. Em outro momento, ela continua:

[...] é uma coisa que sempre aconteceu, entendeu? E que as pessoas sempre... “não, mas é porque era casal, era briga de casal” “não, acontece” é isso, é aquilo, e eu não me refiro apenas a meninas, entendeu? Eu me refiro às mães, às avós, às mulheres que realmente já estão presentes na nossa vida, no nosso cotidiano, né? A gente nota que existe um abuso muito grande, entendeu? E isso é quase praticamente em todas as famílias, a gente nota. Principalmente na periferia, isso é muito comum, porque a maioria das mulheres são abandonadas, entendeu? Elas são abandonadas ainda grávidas e as crianças nascem não tendo um pai e... acaba tendo, no decorrer do tempo, padrastos, né? Então, que acontece, esse abuso, na maioria das vezes acontece, em praticamente todas as famílias (...) Se tornou um ciclo. As meninas nascem e desde muito novas são super sexualizadas. Tem essa visão, entendeu? Eu não me refiro apenas a homens sexualizar, mas as próprias mulheres, entendeu? Por não ter... como é que eu posso dizer, uma informação, uma preparação, eu diria, assim, ao longo da vida, em relação a ter, uma fala com outra mulher, pra gente conseguir ter uma mudança, a maioria dessa supersexualização vem de todos os lados, entendeu? Vem atirado de todos os lados. Vem desde a mãe, que por a gente morar num... lugar onde o calor é, sei lá, horrível, entendeu? E a gente não tem condição de tá, principalmente as meninas da periferia, de tá usando roupas assim, porque nem todo mundo tem condição pra tá comprando roupas, e também por opção, entendeu? (AZUL, transcrição de entrevista).

Azul nos traz que a morte de mulheres é um fenômeno em que não cabe a dicotomização entre o público e o privado, sendo atravessado por questões desde os ensinamentos transmitidos entre mães e filhas em casa até a rua. Nesse sentido, na segunda onda do feminismo⁷, o slogan foi “o pessoal é político”, significando que as questões de intimidade também estão relacionadas à esfera pública, ou seja, ao Estado. Isso não significou que passamos a visualizar o mundo a partir da fronteira entre o privado e o público. Entretanto, o slogan traz visibilidade para as violências domésticas que as mulheres sofrem, permitindo pensar como enfrentá-las, mas não desloca a mulher da casa.

⁷ De modo geral, há um consenso didático de historicizar o movimento feminista em três ondas (três grandes marcos), embora esse entendimento seja eurocentrado, para conhecimento datam da seguinte forma: a primeira delas situa-se temporalmente a partir da metade do século XIX e vai até a década de 60; a segunda até a década de 80 e a terceira, também conhecida por pós-feminismo, assume a atualidade (NOGUEIRA, 2017).

O movimento feminista tem englobado lutas importantes para as mulheres e colaborado para o empoderamento destas, mesmo diante desse conservadorismo que se materializa no anti-feminismo como estratégia de enfurecimento deste; mulheres vestem o que querem, mesmo diante das dificuldades financeiras, como apontou Azul, e não aceitam que isso seja justificativa para nenhum abuso.

Uma das coisas que tem me chamado a atenção é que as mulheres têm se empoderado mais. [...] Noutro dia, eu tava, eu venho de bicicleta da minha casa pro trabalho, e aí... isso pra mim foi um exemplo muito cabal, do que eu tô tentando te dizer. Eu vinha pedalando, parei no sinal, e aí um cara parou ao meu lado e a gente tava esperando o sinal abrir e aí passou uma moça em Fortaleza, né, 30 graus... Dez horas da manhã e essa moça tava com um vestido, que nem era muito curto na verdade, um vestido até o joelho, uma moça jovem, bonita... e aí esse cara ficou com tanto ódio dessa mulher, mas era um ódio, sabe? E ele começou a falar comigo, né, ele falou assim “olha a roupa dessa mulher, depois acha ruim...”; “Depois acha ruim que a gente cante. que a gente fale alguma coisa, depois não quer que ninguém fale nada”... sabe, assim, o lugar dela, ficou muito claro pra mim no discurso, eu fiquei, assim, completamente “passada”. Mas ficou muito claro pra mim que o lugar dessa mulher no discurso desse homem, que é um discurso generalizante, infelizmente, é que ela era a propriedade dele. Mas ao mesmo tempo, tava claro para ele que as mulheres não aceitam mais...que não aceitam mais ser objetificadas e ele tava puto com isso, então assim, faltava, eu acho, que muito pouco pra ele agredir uma mulher, ele tava quase me agredindo. É... em razão de uma outra mulher e talvez até em razão de uma outra situação, então os homens estão... reagindo, eu acho que é uma reação a esse empoderamento que não é recente, é uma luta das mulheres de séculos (AMARELO, transcrição de entrevista).

Amarelo traz o debate para a rua, percebemos que algo que permanece é a objetificação em conjunto com a sexualização do corpo das mulheres. De acordo com o seu relato, o assédio atravessa a vida das mulheres da casa à rua. Essa cena nos coloca uma questão importante: a cena de assédio é construída, principalmente, por modos de subjetivação que, em última instância, são os processos de construção dos nossos modos de ser e estar no mundo.

Esses modos de subjetivação são perpassados pelos marcadores de gênero, classe, raça, geração, território e etc., de modo que homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros compartilhem vivências como se fossem grupos separados e, no caso das mulheres, essas vivências são atravessadas por processos de objetificação e silenciamento, especialmente porque esses marcadores se sobrepõem uns aos outros (KILOMBA, 2019; CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016, 2018; RIBEIRO, 2016; AKOTIRENE, 2018). Desse modo, podemos afirmar que as violências atingem as

mulheres de formas diferentes, umas mais que outras, a partir de atravessamentos de marcadores sociais, identitários, de opressão e de privilégio.

Tomando como base dados e autores e autoras que buscam problematizar a problemática da morte de mulheres, as mulheres jovens negras periféricas são as mais atingidas, visto que também são as mais desassistidas pelo Estado, que se desresponsabiliza por suas vidas (GONZÁLEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2016; PASINATO, 2018). Ainda nessa perspectiva, Amarelo aponta que:

[...] se a gente pensar em juventude, por exemplo, é claro que a juventude preta, pobre, periférica... é exponencialmente muito... talvez um menino branco nunca seja violentado. Mas uma menina, jovem, possivelmente será violentada na sua vida. Seja branca, japonesa, rica... é muito louco isso, só por ser mulher. [...] se a gente for parar pra pensar em todas as possibilidades, em todas as chances de desgraça que essas meninas têm em um dia de vida, no caminho da escola, no trabalho, dentro de casa, nos becos, em todos os lugares, é muito cruel, é muito cruel ser uma. (AMARELO, transcrição de entrevista).

Nesse sentido, os lugares onde as mulheres habitam e circulam maximizam as formas de violência que essas mulheres podem sofrer. O Estado, dessa forma, ao não garantir direitos em determinados territórios da cidade, submete as(os) moradoras(es) a uma maximização da precariedade e da violência. Dessa forma, articular a rua a um lugar perigoso para as mulheres, como Amarelo aponta algumas vezes, é fruto de uma junção anterior entre o que é considerado público e privado e quem deve habitar esses espaços. Portanto, o espaço também está sujeito às interseccionalidades e formas de produção de subjetividade (BUTLER, 2018b).

Cabe então problematizar a “condição da mulher”, que explicita questões históricas de exploração e dominação dos corpos das mulheres e centra a argumentação acerca desse lugar de subalternidade que a mulher ocupa na própria mulher (BUTLER, 2018a). Entretanto, é necessário cautela com a argumentação acerca da “natureza da mulher” ou da “essência” da mulher, uma vez que esconde as consequências positivas para o movimento feminista, de se pensar a mulher enquanto um sujeito histórico e social (BUTLER, 2018a).

Além disso, a ideia de “condição da mulher” invisibiliza as diversas vivências de “ser mulher”, apontando para uma homogeneidade dessas vivências. Essa ideia é comum dentro dos diversos feminismos, em especial dos femininos que não discutem a relação do gênero com outras estruturas de poder. Davis (2016) afirma que as análises críticas acerca do gênero precisam considerar os marcadores sociais de raça e classe, já que

experiências de ser mulher não estão separadas das experiências de ser negra ou de ser pobre (CARNEIRO, 2011). É necessário pensar o gênero a partir da interseccionalidade, ampliando as possibilidades de aliança entre os diversos movimentos feministas (BUTLER, 2018a; DAVIS, 2016, 2018).

Nesse sentido, Amarelo afirma que:

Da periferia, mulheres na periferia da periferia [...] Que num causam comoção, que num vão parar no obituário... que num vão parar no Censo, no IBGE...e... e ninguém vai procurar também... porque são pessoas que não têm família, que não têm emprego, que são pessoas à margem mesmo da história (AMARELO, transcrição de entrevista).

É válido destacar dados como os de 2016, cujo o registro de casos de violência contra as mulheres negras subiu 71% e, em contrapartida, houve uma diminuição do registro de casos de violência contra as mulheres brancas (CERQUEIRA *et al.*, 2018). Um outro dado que também nos permite perceber essa diferença é que, em 2013, o número de mulheres brancas que foram assassinadas no estado foi 34, enquanto que o número mulheres negras foi 125 (WAISELFISZ, 2015). Podemos, portanto, apontar uma maior vitimização de determinados corpos marcados por processos de generificação (CARNEIRO, 2011) e enegrecimento (MBEMBE, 2018). Ribeiro (2016) afirma que, nacionalmente, falta um olhar interseccional no enfrentamento da violência contra mulheres, para que possamos compreender as complexas sobreposições dos diversos eixos de opressão ou marcadores de opressão no processo de produção de corpos mais vulnerabilizados que outros.

Ocorre que, historicamente, as questões raciais não foram consideradas pelo movimento feminista branco, principalmente, aquele construído de acordo com a ideia da universalização do feminino produzido pela cultura patriarcal, da mesma forma que as questões femininas não eram consideradas nas lutas do movimento negro (PIMENTEL, 2017; HOOKS, 2018). Isso demonstra o caráter racista e machista da sociedade ocidental, já que as mulheres negras eram invisibilizadas tanto na luta feminista, protagonizada por mulheres brancas, quanto na luta antirracista, protagonizada por homens negros.

A fala de Verde permite que visualizemos isso:

É muito difícil, por exemplo, na agenda do encarceramento, a gente tá se reunindo, é... na última reunião teve um momento... meio que tava cada organização se colocando com o que poderia se comprometer de ação, de fazer e tal, e aí uma companheira do Fórum colocou assim “a gente tá tentando, a gente tá vindo, a gente vai ter plenária agora, e a gente vai ver com que a gente

se compromete... com agenda e tal...” aí ela tocou num ponto que as meninas [...] chiamam. Obviamente eu não vou colocar os nomes, né...Porque inclusive, vocês têm que entender que a pauta hoje forte no Fórum é o feminicídio. Então como é que a gente... que é o feminicídio e que tem uma dificuldade de articular com a pauta do desencarceramento. Porque assim, o que é isso? A nossa pauta pro feminicídio é prisão? (VERDE, transcrição de entrevista).

Verde escancara a incoerência que é pensarmos o movimento feminista como um movimento que discute pautas relacionadas aos direitos humanos, que reivindica liberdade e ao mesmo tempo a única resposta que dá a quando o assunto é feminicídio ou violência contra a mulher é a prisão. Essa situação aponta a dificuldade em conectar as pautas feministas e antirracistas, uma vez que se considerarmos o encarceramento em massa é dispositivo necropolítico, assim como o feminicídio. Desse modo, é possível combater um dispositivo necropolítico com outro dispositivo necropolítico?

Nesse sentido, é essencial pensar a problemática da morte de mulheres em Fortaleza a partir da interseccionalidade, uma vez que, de acordo com os dados sistematizados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2018), a juventude em geral, mas mais especialmente as mulheres, são o segmento populacional que mais tem sofrido os impactos da expansão da violência no estado (CCPHA, 2019).

Faz-se necessário, então apontar aspectos que são tanto às discussões feministas, como ao campo dos debates sobre as juventudes, como aponta Amarelo:

E é aquele negócio, por exemplo, você ter que ensinar uma menina a fechar as pernas. É horrível isso, você ter que dizer pra uma menina fechar as pernas [...] E é tão bizarro, porque assim, eu tomei cuidado pra nunca dizer isso pra minha filha. E assim, eu já tive essa conversa com várias colegas, e aí elas diziam “eu sei que num é ela que... mas e os caras? Como que...” porque a gente nunca sabe quem é o cara e tal. Porque quando você cresce, assim, hoje, por exemplo, você vai sair na rua, ok, você consegue se defender, gritar, num sei o quê, mas é uma menina de nove anos que precisa tá na rua sozinha? (AMARELO, transcrição de entrevista).

De acordo com Amarelo, as mulheres jovens estão mais vulneráveis a violência, uma vez que estão “tornando-se mulher”. Então, estamos nos referindo à construção de uma mulher dentro dos parâmetros de uma heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2018a), em que a sexualidade da mulher está completamente relacionada à ideia de reprodução. A sobreposição do gênero aos marcadores de raça, classe e território apontam para uma discussão importante, já que são as mulheres jovens negras periféricas, ou seja, em “idade reprodutiva”, as maiores vítimas das dinâmicas da violência urbana.

Mayorga (2019) indica também que as problematizações realizadas pelos movimentos feministas negros trouxeram várias contribuições para o debate sobre juventudes, uma vez que muitos estudos visualizam juventudes a partir de um ponto de vista eurocêntrico e colonial, como se o jovem fosse uma(um) sujeita(o) universal, invisibilizando juventudes periféricas e negras, em especial mulheres. Logo, a “desnaturalização da experiência, a crítica à dicotomização moderna entre público e privado e a crítica à universalização (...) são aspectos que permitem a aproximação dos dois campos” (MAYORGA, 2019, p. 139), permitindo que, a partir da articulação entre os estudos feministas e os estudos das juventudes, seja possível pensarmos formas de enfrentamento a essas violências, resultando em sociedades com menos desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática do aumento do número de mortes de mulheres no estado do Ceará, em um contexto de transformação e acirramento das conflitualidades urbanas e das disputas de grupos criminosos no Ceará, esse artigo buscou discutir a leitura psicossocial de ativistas feministas sobre o fenômeno. Entendemos que o diálogo com ativistas feministas que pautam e que militam nesses espaços pode ser capaz de complexificar a leitura que outrora se fez dessa problemática, do qual evitou-se, a partir de suas narrativas analíticas, leituras reducionistas da análise desse fenômeno.

Na leitura que as participantes expuseram, destacam-se os seguintes pontos da leitura psicossocial da problemática do aumento do número de mortes de mulheres: nos últimos anos, houve o aumento significativo da morte de mulheres no Ceará, sendo efeito da forma como historicamente mulheres têm sido tratadas, subalternizadas e com suas demandas invisibilizadas. Ainda nessa perspectiva histórica, o corpo da mulher tem sido colocado como um território masculinista, já que homens encarnam a ideia de que são donos de “suas” mulheres e que, por isso, podem fazer com elas o que bem entender. Além disso, há um cenário macropolítico que autoriza violência contra mulheres, sendo a morte a violência última.

Nesse sentido, a segurança pública, assentada na lógica de guerra para o enfrentamento das facções, utiliza como estratégia práticas racistas e misóginas que transformam o corpo de mulheres em palco de disputas de guerras em primeira instância masculinistas (SAGOT, 2013). Há também relação entre a morte de mulheres e as

facções, cujo as desigualdades de gênero colocam as mulheres em uma condição de subalternidade em relação aos homens, e mesmo quando ocupam lugar de liderança, estas não possuem sua proteção garantida, experienciando novas formas de violência (NUNES *et al.*, 2022).

No entanto, foi salientado que a violência contra as mulheres não atinge a todas da mesma forma, sendo, muitas vezes, determinada pela sobreposição de marcadores sociais, como a raça e o território. Sendo essas meninas, atravessadas por opressões sociais e identitárias, as mais vitimadas nessas tramas. É nesse sentido que as jovens negras e periféricas são as maiores vítimas dessas violências, uma vez que estão desassistidas pelo Estado, que se desresponsabiliza por suas vidas. Por isso, é necessário questionar o “ser mulher” e a “natureza da mulher” adotada pelo feminismo branco, que demonstra a dificuldade em conectar a luta feminista e a luta antirracista.

Esses achados são importantes para reforçar e consolidar a afirmação e luta dos direitos humanos, de fortalecimento de políticas públicas de proteção e de combate à violência, de enfrentamento à violência contra mulheres, construir programas de prevenção à violência mais assertivos já que certas mulheres estão em maior condição de vulnerabilidade e expostas à violência. Ademais, reforça-se a importância de combater os discursos anti-feministas, apontando como o feminismo tem sido importante para denunciar, cobrar e deliberar questões envolta da violência contra mulheres em um sistema patriarcal, machista e misógino. Portanto, é necessário, na análise da morte de mulheres no Ceará, ter em vista os efeitos da ascensão do neoconservadorismo, dos discursos anti-feministas e da colonialidade de gênero, os quais contribuem para a autorização dessas mortes.

Por fim, é importante destacar que a problemática das mortes de mulheres no Ceará deve ser pensada considerando o atravessamento do gênero a outras estruturas de poder, desnaturalizando a ideia da mulher como uma sujeita única e universal. Pensar acerca dessas intersecções reflete diretamente nas formulações de políticas públicas e de enfrentamento desse tipo de violência, bem como denuncia uma invisibilidade e certa desresponsabilização estatal frente a essas mortes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Quem é froxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. *Projeto*



História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História, v. 19, s/n, p. 173-188, 1999.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V. *et al.* (Orgs). *Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019. p. 209-238.

BARROS, J. P. P. *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista de Psicologia Política*, v. 19, p. 475-488, 2019.

BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. Pista da análise: o problema da análise em pesquisa cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 175- 202.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica Business, 2019.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERQUEIRA, D. R. C. *et al.* *Atlas da violência*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA - CCPHA. *Cada Vida Importa: Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará; Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA, 2018.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. *Cada Vida Importa: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará; Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA, 2019.

COSTA, E. A. G. A.; MOURA JUNIOR, J. F.; BARROS, J. P. P. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, E; ARAÚJO, L. F. (Org.). *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social*. 1ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13-31.

- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*. 3ª edição. 2021.
- GOMES, C. J. A. *et al.* “Viver pouco como um rei ou muito como um zé?”: Juventudes e masculinidades no sistema socioeducativo. In: IRINEU, B. A. *et al.* (Org.). *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências*. 1ed. Campina Grande: Realize editora, 2021. p. 960-975.
- GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, v.1, n.1, p. 223-244, 1984.
- HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- KILOMBA, G. *Memórias de plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, W. *et al.* *Género y descolonialidad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.
- MAYORGA, C. Lentes feministas e perspectivas críticas da juventude. In: COLAÇO, V. R.; GERMANO, I. P.; MARINHO, L. *et al.* (org.). *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 14-19.
- MAYORGA, D. S.; BARROS, A. F. O. Efeitos psicossociais da violência de Estado e a operação clínica do direito à reparação. In: LOPODENTE, M. L. G. *et al.*, *Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* São Paulo: Elefante, 2019. p. 137-149.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MENEZES, J. A.; COLAÇO, V. F. R.; ADRIÃO, K.G. Implicações Políticas na Pesquisa-Intervenção com Jovens. *Revista de Psicologia*, Vol 9, nº1, pp8-17, 2018.
- MENON, I. Todas as formas de violência contra mulher aumentam em 2022, diz pesquisa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/todas-as-formas-de-violencia-contra-mulher-aumentam-em-2022-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

MIGUEL, L. F.; BIROLE, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NEGREIROS, D. J.; QUIXADÁ, L. M.; BARROS, J. P. P. *Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará*. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, DF, v. 62, n.9, p. 80-89, 2018.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

NEGREIROS, D. J.; QUIXADÁ, L. M.; BARROS, J. P. P. *Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará*. Revista Universidade e Sociedade, v. 62, p. 80-89, 2018.

NUNES, L. F. *et al.* Violência contra mulheres no Ceará em tempos de Pandemia de Covid-19. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 9, n. 1, 2021.

NUNES, L. F. *et al.* Territorialidades Periféricas e Violências: narrativas de jovens lésbicas envolvidas em facções. *Revista periódica*, v. 1, p. 197-216, 2022.

PASINATO, W. “Femicídio” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 37, n.22, p. 219-246, 2011.

PASINATO, W. *A chacina de Cajazeiras e o silêncio sobre a morte violenta de mulheres, por Wânia Pasinato*. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chacina-de-cajazeiras-e-o-silencio-sobre-morte-violenta-de-mulheres-por-wania-pasinato/>. Acesso em: 23 out. 2023.

PAULUZE, T. Com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no CE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

PIMENTEL, E. Prisões femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (org.). *Mulheres e violência: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-17.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?*. 1ª Ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 16, p. 115-136, 2001.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, p. 265-285. 2005.



SEGATO, R. L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 341-371. 2014.

SEGATO, R. L. Femigenocidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos. La lucha por el derecho como contienda en el campo discursivo. In: SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016, p. 127-152.

SEGATO, R. L. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. *Labrys, études féministes*, v. 1, n. 1, 2013.

SAGOT, M. *El feminicidio como necropolítica en Centroamérica*. Labrys, études féministes. 2013.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

WAISELFISZ, J. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: LACSO, 2015.